



AO MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS/SC

Pregão nº. 014/2022

Ata de Registro de Preços/Contrato Administrativo nº. 012/2023

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 81.706.251/0001-98, estabelecida à Rua João Amaral de Almeida, 100 - CIC - CEP - 81.170-520, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, vem por intermédio de seus representantes, com fulcro no artigo 5º LV, da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes apresentar:

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Para o medicamento **METRONIDAZOL (G) 250MG CPR**, marca **NEOQUIMICA HYPERA**, com base nos fatos e fundamentos adiante expostos.

Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. - CNPJ: 81.706.251/0001-98 - Inscrição Estadual: 101.76046-4
Rua: João Amaral de Almeida, 100 - CIC - CEP - 81.170-520 – Curitiba PR.
Telefone: (41) 3052-7900/ (41) 3165-7900
E-mail: juridico@promefarma.com.br

www.promefarma.com.br

I. SÍNTESE FÁTICA

A Promefarma participou do processo licitatório em epígrafe, restando vencedora de vários lotes formalizados através de ata de registro de preços ou contrato administrativo visando o fornecimento de medicamentos para atender as necessidades da Administração Pública.

Ocorre que, durante a execução da ata/contrato, o **METRONIDAZOL (G) 250MG CPR** passou a enfrentar desabastecimento no mercado, em suma, devido à escassez de matéria-prima agravada por fatores como a **guerra russo ucraniana**¹, os **lockdowns na China**² que ocorreram no segundo semestre deste ano corrente, em razão da política 'Covid zero' adotada no país asiático, entre outras razões que impulsionaram o declínio do atual cenário econômico mundial³.

Os fatores supracitados influenciaram expressivamente no processo inflacionário, que já vinha sendo afetado por conta do aumento na demanda de medicamentos em decorrência da flexibilização das medidas restritivas para contenção da Pandemia da Covid-19.

Considerando a situação acima, observou-se que o processo de produção do medicamento **METRONIDAZOL (G) 250MG CPR** vem sendo gravemente afetado, restando necessário à indústria **Neoquímica Hypera** reequilibrar o valor de comercialização do produto, tornando assim a proposta de preços registrada em ata/contrato manifestamente inexecutável.

Portanto, visando continuar com o fornecimento do fármaco, a Requerente vem solicitar **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** nos termos da fundamentação abaixo.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/como-a-invasao-russa-a-ucrania-pode-afetar-a-economia-do-brasil>;

² <https://veja.abril.com.br/mundo/china-anuncia-lockdown-em-cidade-de-21-milhoes-de-habitantes>;

³ <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2022/08/crise-da-falta-de-insumos-para-fabricacao-de-medicamentos-depender-do-comercio-com-china-e-india>

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Promefarma atua no segmento de distribuição de medicamentos e não desenvolve a respectiva atividade fabril, ficando sujeita às oscilações do mercado, tanto de estoque quanto de preço.

Sendo assim, torna-se inviável que as empresas distribuidoras mantenham estoque volumoso dos medicamentos, sob pena de vultuosas perdas em decorrência da possibilidade de vencimento desses produtos.

Com relação ao prazo de validade o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, ao elaborar o *Manual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica*⁴ visando instruir os profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), explica:

“(…) O Edital deve dispor sobre o prazo de validade do medicamento, quando da entrega. Sugerimos que os medicamentos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.”

Corroborando com o entendimento acima, os editais de licitação também estabelecem prazos mínimos de validade. Assim, para atender as exigências e evitar prejuízos incalculáveis e eventual responsabilização pela perda em decorrência do vencimento, é necessário que as distribuidoras mantenham estreito contato com as indústrias visando harmonizar a cadeia de produção, transporte, distribuição, logística e entrega final.

⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização* / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006

No caso em tela, constata-se que as circunstâncias citadas nos fatos afetaram o processo de industrialização do medicamento **METRONIDAZOL (G) 250MG CPR**, levando a indústria **Neoquímica Hypera** ao desabastecimento temporário do medicamento e, quando retornou à produção, ao consequente reequilíbrio do valor de mercado do medicamento.

Considerando as circunstâncias acima, observa-se a ocorrência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, enquadrados no direito como caso fortuito e força maior; situações de fato que impossibilitam ou dificultam o cumprimento das obrigações contratuais. Corroborando com essa afirmativa, Marçal Justen Filho⁵ afirma que:

“Consideram-se fatos não apenas os eventos da natureza, mas também as ocorrências e processos sociais, desde que seja impossível individualizar uma conduta imputável a um agente determinado. Assim, pode-se exemplificar com o encerramento das atividades dos fornecedores de certo produto.”

Com relação ao atual cenário econômico mundial, ressalta-se a **guerra russo-ucraniana**, fato que impactou diretamente na economia mundial, assim como a falta de medicamentos no Brasil⁶.

Seguindo essa esteira, destacam-se os **lockdowns ocorridos na China**⁷ que congestionaram portos do país⁸ e causaram atrasos na importação de suprimentos, acarretando inúmeras consequências ao Brasil, isso, pois, diversos insumos farmacêuticos que são utilizados para confeccionar os medicamentos são importados do país asiático.

Cumprir destacar ainda, a alta nos custos de transporte destes insumos, dado que a inflação global causou aumento do preço do combustível usado em navios, prejudicando assim o transporte marítimo, que é a principal forma de traslado de suprimentos

⁵Justen Filho, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*: Lei 8.666/93. 18 Edição. São Paulo, Editora Thomson Reuters.

⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/dependencia-de-insumos-farmaceuticos-se-acentudou-com-a-guerra-diz-conselheira-do-cns/>

⁷ <https://www.uninter.com/noticias/lockdown-na-china-e-guerra-na-ucrania-prenuncio-de-chaos-logistico-global>

⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lockdowns-na-china-e-guerra-na-ucrania-congestionam-principais-portos-do-mundo/>

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Abstrai-se do referido dispositivo que, o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado.

Os eventos extraordinários decorrentes dos fatos apresentados acima caracterizam caso fortuito ou força maior de modo que, quando ocorre o desequilíbrio da relação contratual, deve ser assegurado às partes a observância do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ainda, o Decreto Federal nº 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços dispõe:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

destinados a produção de medicamentos, influenciando diretamente nos preços praticados no mercado.⁹

As circunstâncias provocadas pelos lockdowns que ocorreram na China entre os meses de outubro e dezembro de 2022, em decorrência da política ‘Covid Zero’, bem como a guerra russo-ucraniana, que vêm impactando de forma incontestável a economia mundial, configuram a ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme preleciona José dos Santos Carvalho Filho¹⁰:

“Caso fortuito e força maior são situações de fato que redundam na **impossibilidade de serem cumpridas as obrigações contratuais**. O primeiro decorre de eventos da natureza, como catástrofes, ciclones, tempestades anormais, e o segundo é resultado de um fato causado, de alguma forma, pela vontade humana, como é o clássico exemplo da greve.”. (grifo nosso)

Desta forma, respeitosamente, a Requerente pleiteia o deferimento do pedido de **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** considerando a superveniência de fato imprevisível e excepcional que ocasionou o desequilíbrio da ata de registro de preços ou contrato administrativo.

b) DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Constatada a existência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, cabem às partes contratantes solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, a fim de ajustar a equivalência contratual.

A garantia da manutenção do equilíbrio financeiro nos contratos formalizados com a Administração possui sólida previsão no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lockdowns-na-china-e-guerra-na-ucrania-congestionam-principais-portos-do-mundo/>

¹⁰ FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo* 27ª Edição. São Paulo, Editora Atlas.

oriundos do desequilíbrio da equação econômico-financeira pactuada entre particular e Administração Pública.

Nesse sentido, para manter a equivalência contratual é necessário aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro para o medicamento **METRONIDAZOL (G) 250MG CPR**, vez que o valor registrado em ata ou contrato é de **R\$ 0,1359** já o valor necessário para continuar com o regular fornecimento sem prejuízos é de **R\$ 0,221**.

Visando comprovar todas as informações quanto aos valores, a Promefarma de forma colaborativa e responsável encaminha anexo as notas fiscais comprovando o preço praticado no mercado pela indústria fornecedora do medicamento.

Diante dos fatos e fundamentação acima, a Requerente pede o deferimento do **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para o medicamento **Metronidazol (G) 250mg Cpr** da indústria/marca **Neoquímica Hypera**.

III. DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, requer que:

- a) Seja conhecido o presente pedido e julgado procedente;
- b) Seja deferido o pedido de **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** para o medicamento **Metronidazol (G) 250mg Cpr** da indústria/marca **Neoquímica Hypera**, do valor unitário de **R\$ 0,1359** para o valor unitário de **R\$ 0,221**;
- c) Seja suspensa qualquer emissão de ordem de fornecimento até a decisão dos pedidos acima;
- d) Caso não seja aceito o presente pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que se proceda o cancelamento do saldo do contrato/ata referente ao fornecimento do medicamento mencionado;
- e) Que o presente pedido seja motivadamente respondido de acordo com o princípio da motivação, previsto na Lei Federal nº

(...)

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

As medidas de reajuste ou revisão dos contratos administrativos são fundamentais para a apresentação da proposta, execução dos serviços ou fornecimento de bens e eficácia das contratações públicas, pois não é admissível e seguro a uma das partes suportar onerosidades, decorrentes de fato excepcional, que tornem o objeto inexecutável do ponto de vista econômico.

Nesse sentido, o equilíbrio econômico-financeiro precisa ser mantido enquanto durar o acordo, evitando-se a quebra da relação contratual e prejuízos. Para tal fim, tem-se como pacífico no direito público a consagração da Teoria da Imprevisão, quando a inexecução sem culpa da obrigação pressupor a existência de uma causa justificadora, decorrente exclusivamente de fatos imprevisíveis, extraordinários e extracontratuais, conforme ensina Miguel Maria Serpa Lopes¹¹:

"A imprevisão consiste, assim, no desequilíbrio das prestações sucessivas ou diferidas, em consequência de acontecimentos posteriores à formação do contrato, independentemente da vontade das partes, de tal forma extraordinários e anormais que impossível se tornava prevê-los razoável e antecedentemente. São acontecimentos supervenientes que alteram profundamente a economia do contrato, por tal forma perturbando o seu equilíbrio, como inicialmente estava fixado, que se torna certo que as partes jamais contratariam se pudessem ter podido antes antever esses fatos. Se, em tais circunstâncias, o contrato fosse mantido, redundaria num enriquecimento anormal, em benefício do credor, determinando um empobrecimento da mesma natureza, em relação ao devedor. Consequentemente, a imprevisão tende a alterar ou excluir a força obrigatória dos contratos."

A cláusula implícita nos contratos administrativos e plenamente vinculada à Teoria da Imprevisão, *rebus sic stantibus*, visa justamente evitar os nefastos efeitos

¹¹ SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de Direito Civil*. 6d. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

² Jessé Torres Pereira Júnior. *Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública*. 1995, p 415.

9.784/99, apresentando os fatos e fundamentos jurídicos (art. 50, *caput Lei nº 9.784/99*);

f) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, e em especial a documental, a fim de provar todos os fatos aqui alegados.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba/PR, 26 de julho de 2023.



Bruno Grebbs
Analista Jurídico
CPF/MF nº: 061.642.069-28
Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares

RECEBEMOS DE Hypera S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 15/12/2021 VALOR TOTAL: R\$ 22.325,64 DESTINATÁRIO: PROMEFARMA MEDIC E PRODUTOS HOSPIT LTDA - R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.971.275

Série 003

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Hypera S/A

AV C 171, 822 - QD403 LT14

Setor Jardim America - 74275-010

Goiânia - GO Fonc/Fax: 6238788080

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº. 000.971.275

Série 003

Folha 1/2

CHAVE DE ACESSO

5221 1202 9320 7400 4260 5500 3000 9712 7513 6152 9880

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda merc. adq. rec. terc. que n deva ele trans. /

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152214667455198 - 15/12/2021 17:09:57

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103097473

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

3294145

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

02.932.074/0042-60

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

PROMEFARMA MEDIC E PRODUTOS HOSPIT LTDA

CNPJ / CPF

81.706.251/0001-98

DATA DA EMISSÃO

15/12/2021

ENDEREÇO

R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100

BAIRRO / DISTRITO

CIDADE INDUSTRIAL

CEP

81170-520

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

CURITIBA

UF

PR

FONE / FAX

4130527900

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1017604640

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

INFORMAÇÕES DO LOCAL DE RETIRADA

NOME / RAZÃO SOCIAL

HYPERA SA

CNPJ / CPF

02.932.074/0044-21

INSCRIÇÃO ESTADUAL

104993901

ENDEREÇO

R VPR 01, SN

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPOLIS

CEP

75132-020

MUNICÍPIO

ANAPOLIS

UF

GO

FONE / FAX

000000

FATURA / DUPLICATA

Num.

001

Num.

002

Num.

003

Num.

004

Num.

005

Venc.

29/01/2022

Venc.

13/02/2022

Venc.

28/02/2022

Venc.

15/03/2022

Venc.

30/03/2022

Valor

R\$ 4.465,13

Valor

R\$ 4.465,13

Valor

R\$ 4.465,13

Valor

R\$ 4.465,13

Valor

R\$ 4.465,12

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS

22.325,64

VALOR DO ICMS

1.487,90

BASE DE CÁLC. ICMS S.T.

0,00

VALOR DO ICMS SUBST.

0,00

V. IMP. IMPORTAÇÃO

0,00

V. ICMS UF REMET.

0,00

V. FCP UF DEST.

0,00

VALOR DO PIS

0,00

V. TOTAL PRODUTOS

22.325,64

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS

0,00

VALOR TOTAL IPI

0,00

V. ICMS UF DEST.

0,00

V. TOT. TRIB.

1.803,80

VALOR DA COFINS

0,00

V. TOTAL DA NOTA

22.325,64

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TRANSLAG TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

06.203.406/0002-39

ENDEREÇO

VIA ACESSO 008 SN

MUNICÍPIO

APARECIDA DE GOIANIA

UF

GO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

104566035

QUANTIDADE

63

ESPÉCIE

CX

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

73,308

PESO LÍQUIDO

61,176

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
20390-0	MACRODANTINA 100MG CT BL 144 CAP Lista Positiva Codigo CEST 1300100 20-LOTES:#B21H2873# CONV. 38/13 FCI no 378FBCF3-3BE4-441F-9074-AEC469B02328 Lote: B21H2873 Quant: 12.000 Fab: 28/08/2021 Val: 28/08/2023 FCI:378FBCF3-3BE4-441F-9074-AEC469B02328	30042079	500	6106	UN	12,0000	44,6700	536,04	0,00	536,04	64,32		12,00	
19490-0	SUCCINATO METOPROLOL 100MG CT BL 30 CPRV Lista Positiva Codigo CEST 1300200 50-LOTES:#M2110135;M2110046# Lote: M2110046 Quant: 240.000 Fab: 01/06/2021 Val: 01/05/2023 Lote: M2110135 Quant: 480.000 Fab: 01/06/2021 Val: 01/05/2023	30049039	200	6106	UN	720,0000	20,6800	14.889,60	0,00	14.889,60	595,58		4,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LOCAL DE RETIRADA : 02932074004421-R VPR 01, SN - DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPOLIS ANAPOLIS - GO

Inf. Contribuinte: // PEDIDO: 0002718233 // COD. REPRESENTANTE: 0000890764 (TEL: 11981092270) // PED. CLIENTE: 228367 // COD. CLIENTE: 0000036514 // N(o) ROMANEIO: 0806325556 // N(o) FATURAMENTO: 0094920965 // CANAL DE DISTRIBUICAO: 49 - HOSPITALAR // IPI - SAIDA NAO TRIBUTADA // PIS E COFINS: LEI 10.147/2000 ART. 2(o). VL DESC COML: 0,000000 // REP ICMS: 6,818 % = R\$ 7.221,36 // TOTAL DE PRODUTOS DA LISTA POSITIVA: 22.325,64 // BC ICMS: 22.325,64 ICMS 1.487,90 // PARA EMITIR O LAUDO DE QUALIDADE DOS PRODUTOS, ACESSE O SITE // LAUDOS.HYPERA.COM.BR/ E INFORME CHAVE DE SEGURANCA: 16240457 // VOLUME: 0,627095 M3 // PESO CUBADO: 156,773750 // TRIBUTOS FED: R\$ 315,90 , ESTAD.: R\$ 1.487,90 , MUNIC.: R\$ 0,00. // Lista Positiva // Codigo CEST 1300200 // 60-LOTES:#B21H1063# // CONV. 38/13 FCI no BEE1BC38-6592-4B29-A7A5-E25C41A07D88 // DOCNUM: 0016240457 // Em caso de devolucoes, enviar o arquivo xml para o nosso // email:recebimento.xml@hypera.com.br Pedido: 228367 Email do Destinatário: compras.medicamentos@promefarma.com.br comercial@promefarma.

Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 1.803,80

RESERVADO AO FISCO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Hypera S/A
AV C 171, 822 - QD403 LT14
Setor Jardim America - 74275-010
Goiânia - GO Fone/Fax: 6238788080

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.971.275
Série 003
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

5221 1202 9320 7400 4260 5500 3000 9712 7513 6152 9880

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152214667455198 - 15/12/2021 17:09:57

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda merc. adq. rec. terc. que n deva ele trans. /

INSCRIÇÃO ESTADUAL

103097473

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

3294145

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

02.932.074/0042-60

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
12432-0	METRONIDAZOL 250MG COMP CT BL 2X10 Lista Positiva Código CEST 1300200 60-LOTES:#B21H1063# CONV. 38/13 FCI no BEE1BC38-6592-4B29-A7A5-E25C41A07D88 Lote: B21H1063 Quant: 3000.000 Fab: 12/08/2021 Val: 12/08/2023 FCI:BEE1BC38-6592-4B29-A7A5-E25C41A07D88	30049066	500	6106	UN	3.000,0000	2,3000	6.900,00	0,00	6.900,00	828,00		12,00	

RECEBEMOS DE Hypera S/A OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 18/05/2023 VALOR TOTAL: R\$ 23.966,46 DESTINATÁRIO: PROMEFARMA MEDIC E PRODUTOS HOSPIT LTDA - R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 001.242.857

Série 003

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE


Hypera S/A
AV C 171, 822 - QD403 LT14
Setor Jardim America - 74275-010
Goiânia - GO Fone/Fax: 6238788080

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 001.242.857
Série 003
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO
5223 0502 9320 7400 4260 5500 3001 2428 5711 4613 0962

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
Venda merc. adq. rec. terc. que n deva ele trans. /

PROTOKOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
152236301210502 - 18/05/2023 07:25:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL
103097473

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
3294145

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.
CNPJ
02.932.074/0042-60

DESTINATÁRIO / REMETENTE

PRIMEFARMA MEDIC E PRODUTOS HOSPIT LTDA

ENDEREÇO
R JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100

MUNICÍPIO
CURITIBA

BAIRRO / DISTRITO
CIDADE INDUSTRIAL

UF
PR

FONE / FAX
4130527900

CEP
81170-520

INSCRIÇÃO ESTADUAL
1017604640

CNPJ / CPF
81.706.251/0001-98

DATA DA EMISSÃO
18/05/2023

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

INFORMAÇÕES DO LOCAL DE RETIRADA

PRIMEFARMA MEDIC E PRODUTOS HOSPIT LTDA

ENDEREÇO
R VPR 01, SN

MUNICÍPIO
ANAPOLIS

BAIRRO / DISTRITO
DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPOLIS

UF
GO

FONE / FAX
000000

CNPJ / CPF
02.932.074/0044-21

INSCRIÇÃO ESTADUAL
104993901

CEP
75132-020

FATURA / DUPLICATA

Num. 001
Venc. 17/06/2023
Valor R\$ 5.991,62

Num. 002
Venc. 02/07/2023
Valor R\$ 5.991,62

Num. 003
Venc. 17/07/2023
Valor R\$ 5.991,62

Num. 004
Venc. 01/08/2023
Valor R\$ 5.991,60

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS
23.966,46

VALOR DO ICMS
2.875,97

BASE DE CÁLC. ICMS S.T.
0,00

VALOR DO ICMS SUBST.
0,00

V. IMP. IMPORTAÇÃO
0,00

V. ICMS UF REMET.
0,00

V. FCP UF DEST.
0,00

VALOR DO PIS
0,00

V. TOTAL PRODUTOS
23.966,46

VALOR DO FRETE
0,00

VALOR DO SEGURO
0,00

DESCONTO
0,00

OUTRAS DESPESAS
0,00

VALOR TOTAL IPI
0,00

V. ICMS UF DEST.
0,00

V. TOT. TRIB.
3.569,43

VALOR DA COFINS
0,00

V. TOTAL DA NOTA
23.966,46

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

TSV TRANSPORTES RAPIDOS LTDA

ENDEREÇO
AV CENTRAL 212

QUANTIDADE
115

ESPÉCIE
CX

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO
142,800

PESO LÍQUIDO
126,210

FRETE
0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF
GO

CNPJ / CPF
00.634.453/0007-65

INSCRIÇÃO ESTADUAL
103123075

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
16023-0	DRAMAVIT B6 SOL OR CT FR PET 1X20 ML LP Lista Negativa Codigo CEST 1300301 20-LOTES:#B23C2542# CONV. 38/13 FCI no 63B3979B-438C-4539-8EC3-BD5802C08E23 Lote: B23C2542 Quant: 1302.000 Fab: 14/04/2023 Val: 14/04/2025 FCI:63B3979B-438C-4539-8EC3-BD5802C08E23	30049069	500	6106	UN	1.302,0000	3,9300	5.116,86	0,00	5.116,86	614,02		12,00	
12432-0	METRONIDAZOL 250MG COMP CT BL 2X10 Lista Positiva Codigo CEST 1300200 30-LOTES:#B23C1028;B23C1025# CONV. 38/13 FCI no BEE1BC38-6592-4B29-A7A5-E25C41A07D88 Lote: B23C1025 Quant: 4680.000 Fab: 02/03/2023 Val: 02/03/2025 Lote: B23C1028 Quant: 360.000 Fab: 02/03/2023 Val: 02/03/2025 FCI:BEE1BC38-6592-4B29-A7A5-E25C41A07D88	30049066	500	6106	UN	5.040,0000	3,7400	18.849,60	0,00	18.849,60	2.261,95		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
LOCAL DE RETIRADA : 02932074004421-R VPR 01, SN - DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANAPOLIS ANAPOLIS - GO

RESERVADO AO FISCO

Inf. Contribuinte: // PEDIDO: 0003044924 // COD. REPRESENTANTE: 0000891144 (TEL: 41992712838) // PED. CLIENTE: 120523 // COD. CLIENTE: 0000036514 // N(o) ROMANEIO: 0807462925 // N(o) FATURAMENTO: 0095512841 // CANAL DE DISTRIBUICAO: 49 - INSTITUCIONAL // IPI - SAIDA NAO TRIBUTADA // PIS E COFINS: LEI 10.147/2000 ART. 2(o). VL DESC COML: 0,000000 // REP ICMS: 7,955 % = R\$ 5.677,14 // TOTAL DE PRODUTOS DA LISTA POSITIVA: 18.849,60 // BC ICMS: 18.849,60 ICMS 2.261,95 // TOTAL DE PRODUTOS DA LISTA NEGATIVA: 5.116,86 // BC ICMS: 5.116,86 ICMS 614,02 // PARA EMITIR O LAUDO DE QUALIDADE DOS PRODUTOS, ACESSE O SITE // LAUDOS.HYPERA.COM.BR/ E INFORME CHAVE DE SEGURANCA: 18162586 // VOLUME: 1,082861 M3 // PESO CUBADO: 270,715250 // TRIBUTOS FED.: R\$ 693,46 , ESTAD.: R\$ 2.875,97 , MUNIC.: R\$ 0,00. // DOCNUM: 0018162586 // Em caso de devolucoes, enviar o arquivo xml para o nosso // email:recebimento.xml@hypera.com.br Pedido: 120523 Email do Destinatário: compras.medicamentos@promefarma.com.br comercial@promefarma. Valor Aproximado dos Tributos : R\$ 3.569,43

ENC: Solicitação de reequilíbrio - METRONIDAZOL 250MG - PE 014/2022 (São Domingos/SC) - PROMEFARMA



De Julcimara Dallagnol <licitacao@saodomingos.sc.gov.br>
Para <juridico@saodomingos.sc.gov.br>
Data 26-07-2023 11:08
Prioridade Mais alta

NF HYPERA 1242857.pdf (~15 KB) NF HYPERA 971275.pdf (~20 KB)

Pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro - METRONIDAZOL 250MG - (PE 014-2022 - São Domingos_SC) - Promefarma.pdf (~285 KB)

De: Jonathas Fabricio de Freitas [mailto:jonathas.fabricio@promefarma.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 26 de julho de 2023 10:37

Para: saudesadomingos@hotmail.com; licitacao@saodomingos.sc.gov.br

Cc: Cristiane Carneiro <cristiane.carneiro@promefarma.com.br>; Anjela Almeida Ferre Brunet <anjela.brunet@promefarma.com.br>; juliano.promefarma <juliano.promefarma@hotmail.com>

Assunto: Solicitação de reequilíbrio - METRONIDAZOL 250MG - PE 014/2022 (São Domingos/SC) - PROMEFARMA

Prioridade: Alta

Prezados, bom dia!

Encaminho anexo pedido excepcional de reequilíbrio econômico-financeiro do item nº. 0173 METRONIDAZOL - 250MG (GENÉRICO) | HY, resultante da Ata de Registro de Preços nº. 012/2023 – PE 014/2022.

Estou à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

Jonathas Fabricio

Licitação

Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda

Rua João Amaral de Almeida, 100 Cidade Industrial - Curitiba CEP. 81170-520 – Paraná – Brasil

55 41 3165-7900

55 41 3165-7931

licita02@promefarma.com.br





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



PARECER JURÍDICO Nº 140/2023

Ao Chefe do Poder Executivo

Processo Licitatório nº 020/2022

Pregão Eletrônico nº 014/2022

Requerente: Promefarma Med. e Prod. Hospitalares LTDA

Interessado: Município de São Domingos/SC

Assunto: Reequilíbrio econômico financeiro c/c cancelamento de item

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico em relação ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro, apresentado pela Contratada Promefarma Med. e Prod. Hospitalares LTDA, em relação ao item 173 – METRONIDAZOL(G) 250MG CPR.

O Interessado em 11/11/2022 lançou o processo licitatório em epígrafe, tendo como objeto “Registro de Preços para Futuras aquisições de medicamentos, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.”, onde a Requerente dentre outros itens, logrou êxito no citado item.

Alega a Requerente que a produção do citado item passou a enfrentar desabastecimento no mercado, em suma, devido à escassez de matéria-prima agravada por fatores como a guerra russo ucraniana, os lockdowns na China que ocorreram no segundo semestre deste ano corrente, em razão da política ‘Covid zero’ adotada no país asiático.

Dentre mais fatos e fundamentos jurídicos, apresentou notas fiscais de aquisição do item, a majoração do valor do item para R\$ 0,221, ou em caso de indeferimento, o cancelamento do item.

É o relatório.

II- DO FUNDAMENTO:

a) da limitação da manifestação jurídica:

Cumprе aqui destacar, de que o Setor Jurídico, ao apreciar as demandas remitidas a análise, limita-se a esclarecer dúvidas jurídicas “*in abstracto*”, com aspectos jurídicos



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



da matéria, e quanto demais questões, não ventiladas ou que exige a apreciação de conveniência e discricionariedade, e de doutras áreas técnicas, estes de competência de apreciação a setores técnicos do Interessado, não há como apresentar manifestação jurídica.

Ainda, o presente parecer não tem caráter decisório, somente possui caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do Administrador/Gestor competente.

b) do fundamento legal:

Não se pode perder de vista que a Administração Pública ao expedir seus atos, deve obedecer às disposições legais, isso conhecido como o princípio da legalidade, o que está expresso no *caput* do artigo 37, da Constituição Federal, e em matéria de licitações e contratos administrativos, no *caput* do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, pois veja:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”. (Grifei).

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”. (Grifei).

Diante da obrigação de observar este princípio, cabe aqui avaliar se os pleitos da Requerente, são amparados na legislação.

A Lei Federal nº 8.666/93, permite a Administração Pública a conceder ao contratado reequilíbrio econômico financeiro, mas desde que cumprido os requisitos estabelecidos no artigo 65, II, *d*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual”. (Grifei).

O doutrinador Marçal Justen Filho leciona:

“A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar à própria Administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmos quando inocorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou onerosos posterior” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 747-748).

Diante destes fundamentos jurídicos, cabe neste momento, análise dos fatos, fundamentos e provas apresentadas pela Requerente.

c) **do preenchimento dos requisitos do reequilíbrio econômico financeiro:**

A Requerente deixou devidamente provado que houve aumento de preço de compra do item, isso posteriormente ao apresentar sua proposta, pois pela NF nº 000.971.275, efetuava o pagamento de R\$ 2,3000, e pela NF nº 250678, está pagando o valor de R\$ 3,7400.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



O que se extrai dos fatos, fundamentos e provas apresentadas pela Requerente, é que demonstrou que preenche os requisitos do artigo 65, II, *d*, da Lei Federal nº 8.666/93, e do edital para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro, por isso, vejo que o pedido deve ser deferido.

d) **da decisão final:**

Por fim, destaca-se, que a decisão sobre acatamento da orientação ora exposta, cabe ao Chefe do Poder Executivo, pois este é autoridade competente para tanto, e não a Assessoria Jurídica e/ou demais Servidores, uma vez que estes, *data vênia*, somente tem função de emitir orientações no sentido de apontar a legalidade/ilegalidade de atos administrativos.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, opino: que seja deferido o pedido apresentado. É o parecer, salvo entendimento diverso do Chefe do Poder Executivo.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO:05401638990
Assinado de forma digital por ELTON JOHN MARTINS DO PRADO:05401638990
Dados: 2023.07.27 14:43:57 -03'00'

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO

(datado e assinado digitalmente)

OAB/SC 42.539

R.H.

Diante dos termos do parecer jurídico
e considerando que a empresa comprovou
o aumento, defiro o pedido.

28/07/2023



Marcio Luiz
Bigolin Grosbelli
868 760 829-20
Prefeito Municipal